

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NOS ASSENTAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): UMA BREVE AMOSTRA DA REALIDADE EDUCACIONAL.

Maria Raquel Pereira de Souza <sup>1</sup>

Geovane dos Santos Barbosa <sup>2</sup>

### RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos tem um papel importantíssimo na sociedade de oportunizar o acesso à educação àqueles que não tiveram condições na idade adequada. E oportunizar esse acesso à escolaridade no campo, mais especificamente, nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um direito que deve ser garantido. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral: Compreender a realidade de uma turma do ensino médio que estuda em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E como objetivos específicos: Conhecer, a partir do relato de uma aluna da comunidade MST, a realidade do processo educacional no assentamento rural; E, analisar o panorama da educação de jovens e adultos em um contexto de assentamento rural. Os autores que embasaram o referencial teórico do estudo foram: SOUZA (2006), MOLINA, SÁ (2012), ARROYO (2006), BECKER (2001), ARAÚJO (2012), CALDART (2012). Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, e nela foi realizado um estudo de caso que visa compreender e analisar os significados das respostas coletadas, e o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário disponibilizado de maneira online. Através dessa pesquisa pôde-se perceber que a educação do campo ainda enfrenta muitos desafios para que se alcance mais qualidade no processo de ensino. E que é preciso investir em formação continuada para os docentes que lecionam no campo, para que possamos ter profissionais cada vez mais qualificados para atuação no contexto rural.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Educação do campo, Ensino Médio.

### INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é garantida por lei, quando a Constituição Federal de 1988, no artigo 206, estabelece o princípio de que haja equidade para as condições de acesso e permanência nas escolas para todos os cidadãos, entende-se isso como: negros, brancos, amarelos, pobres, ricos, moradores da cidade ou do campo, todos tem os mesmos direitos em relação à educação. Sabendo que “os direitos se materializam por meio de políticas públicas” (MOLINA, 2008, p. 27) torna-se fundamental a criação das

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, [mariaraquelps55@gmail.com](mailto:mariaraquelps55@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre pelo curso de Mestrado Profissional em Educação PPGE, Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte – UPE/CMN [geovanegiju@hotmail.com](mailto:geovanegiju@hotmail.com);

mesmas para que garantam principalmente, aos grupos minoritários, o acesso à educação e conseqüentemente a diminuição das taxas de evasão escolar, repetência, analfabetismo, e etc.

Entretanto, pode-se perceber que essas “iguais condições”, ainda não saíram totalmente do papel, essa realidade fica ainda mais visível quando vê-se pesquisas em relação ao número de alfabetizados no campo, em comparação a porcentagem na cidade. Para exemplificar pode-se citar uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, constatou-se que a taxa de analfabetismo na zona rural no ano de 2011 era de 21,2%, o que correspondia ao dobro da média nacional, enquanto que na zona urbana a taxa era de 6,5%. Pode-se perceber e comprovar então que não há a igualdade de acesso e permanência nas escolas como foi estabelecido na Constituição de 88. Considerando que:

A educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING, CERIOLI E CALDART, *apud* CALDART, 2012, p. 260)

Vemos a importância da escola do campo valorizar o território em que o aluno vive, considerar suas aprendizagens na sociedade na qual está inserido, entender que suas vivências são diferentes dos discentes da cidade, e sempre considerá-las ao estar em sala de aula ensinando os conteúdos aos alunos.

A Constituição de 88 no artigo 208, diz que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica e é assegurada por lei, tem como público alvo as pessoas que por algum motivo não tiveram acesso à escola, ou condições de permanência na idade própria.

As políticas públicas têm como função traduzir as “formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais” (MOLINA, 2012, p. 588), entretanto as políticas que foram sendo implantadas em relação à EJA, como por exemplo, o programa Alfabetização Solidária (Alfasol), criado no governo Fernando Henrique Cardoso, que mais tarde foi trocado, no governo Lula,

pelo programa Brasil Alfabetizado (BA), não demonstravam interesse em trabalhar práticas pedagógicas específicas para as minorias, não reconheciam a importância de valorizar o contexto em que o aluno está inserido, simplesmente ignorava-o, e sabe-se que não se deve fechar os olhos para a realidade e acreditar que da maneira que ensina-se para um aluno da cidade pode-se ensinar a um aluno do campo, e ambos terão resultados positivos e equivalentes, pois, os discentes têm contato com ambientes e modos de vida diferentes, segundo Araújo (2012, p. 255) “o que tem ocorrido, na maioria das vezes, são campanhas, programas e projetos descontínuos, não existindo uma política de ações efetivas para a educação de jovens e adultos”.

É necessário que se enxergue o campo como território educativo, pois, “onde há tensões as pessoas são obrigadas a se repensar e reaprender, a mudar valores, concepções e práticas. A tensão, a luta nos reeducam. São pedagógicas” (ARROYO, 2006, p. 11) e por esse motivo não deve-se ver o campo como um lugar onde não há aprendizagem. As práticas pedagógicas devem ter como base metodologias específicas para o campo, relacionando sempre os assuntos a serem tratados com a realidade dos assentados, por exemplo, ao se trabalhar com a agricultura familiar em uma escola urbana, poucos alunos terão acesso direto a essa realidade, já no campo essa prática é muito mais comum. A partir disso é impossível não citar o Construtivismo que trouxe para a área da Pedagogia o conhecimento da importância da valorização dos conhecimentos espontâneos dos alunos, “o educador deveria levar em conta a ‘cultura’ do educando (...) ora sabemos como variam as aprendizagens espontâneas de um sujeito particular em função do meio em que vive” (BECKER, 2001, p. 82).

A EJA passa a ser pauta de luta nos movimentos sociais quando as pessoas tomam consciência de que a educação é um direito universal, e que eles necessitam tanto do “saber escolar” quanto da aprendizagem diária com o seu grupo social, e como Arroyo (2006, p. 10) diz em seu texto “os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – as escolas, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas”, ou seja, quebra-se aquela visão deturpada que se tinha dos camponeses, como pessoas que aceitavam tudo que o governo os enviasse (enquanto políticas) e seriam eternamente gratos, eles deixam de ser vistos como “massa fácil de manobra das elites agrárias e políticas” e passam a ser vistos como “sujeitos dinâmicos, tensos, politizados, organizados” (ARROYO, 2006. p. 10).

O ensino da EJA no campo trabalha desde o nível fundamental, até o médio, e segundo Araújo (2012, p. 256) as aulas nem sempre são ministradas em prédios criados

para serem a escola especificamente, às vezes são em baixo de lonas, nos lares dos próprios assentados, e a utilização de recursos didáticos é feita da seguinte maneira: usa-se o que tem, se tem giz, usa-se ele, se não tem, busca-se “dar um jeito”, encontrar nova possibilidades,

Esses gestos constituem uma luta, ou seja, quando cada comunidade leva as suas reivindicações aos poderes públicos, já mostram uma organização possível. Assim, percebe-se que, ao lado do improviso, brota a criatividade na difícil tarefa de organizar a EJA para os trabalhadores do campo (ARAÚJO, 2012, p. 256).

As políticas públicas educacionais chegam ao campo, como resultado das lutas sociais, Arroyo (2006, p. 9) diz que “a educação do campo não é questionada pela educação das cidades, nem por uma nova moda pedagógica, nem por uma nova política pública, nem sequer pela modernização produtiva do agronegócio, nem pela moderna burguesia agrária, mas pelos Movimentos Sociais, pelos povos do campo organizados. Em movimento”.

A metodologia utilizada no estudo foi desenvolvida através do tipo de pesquisa qualitativa, e teve como instrumento de coleta de dados um questionário online. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral: Compreender a realidade de uma turma do ensino médio que estuda em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

E como objetivos específicos: Conhecer, a partir do relato de uma aluna da comunidade MST, a realidade do processo educacional no assentamento rural; E, analisar o panorama da educação de jovens e adultos em um contexto de assentamento rural.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, pois visa “explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas” (OLIVEIRA, 2007, p. 59), ou seja, a pesquisadora buscará compreender os significados por trás das vivências relatadas pela estudante da Educação de Jovens e Adultos.

O instrumento de coleta de dados utilizados foi um questionário com perguntas abertas, que foi disponibilizado de maneira online para a participante. De acordo com

Marconi e Lakatos (2003, p. 202) uma das vantagens desse instrumento é que ele “obtem respostas mais rápidas e mais precisas”, auxiliando assim a construção da pesquisa e análise dos dados de maneira mais prática e rápida.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A educação do campo e o MST**

O MST pouco tempo após iniciar sua luta pela terra, deu início também a sua luta pelo direito à educação, e não desejava apenas ela, mas uma educação do campo, aquela que valoriza os conhecimentos espontâneos dos alunos, que entende que a realidade do assentado é completamente diferente da realidade de um aluno da cidade.

De acordo com Souza (2006, p. 31) em 1980, iniciou-se o processo de discussão por pessoas ligadas ao MST, sobre o futuro das crianças assentadas, e começou-se também a questionar-se, por exemplo, “como garantir-lhes o acesso à educação escolar?” “Como implantar escolas públicas nos próprios assentamentos?”.

Há uma luta pela presença da escola pública, mas o Movimento não prende-se apenas a educação formal, valoriza-se também a educação informal, que é aprendida nas reuniões, assembleias, entre outros, para a discussão dos valores, das metas, lutas do movimento social no qual se está inserido.

A princípio lutava-se apenas pela educação no nível fundamental, atualmente a luta se estendeu a outros níveis da educação, por exemplo: ensino médio, EJA, cursos universitários, e etc. De acordo com o Boletim da Educação – que trata de um balanço dos 20 anos da Educação no MST,

Em dados estimados podemos dizer que o MST conquistou em 20 anos aproximadamente 1500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, colocando nelas em torno de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004, p. 12).

O Movimento também começou a se dedicar a auxiliar a formação de professores, a partir de encontros nos próprios assentamentos, e também por meio de parcerias com as mais diversas universidades brasileiras. O fato das crianças e adolescentes assentadas agora terem uma escola no próprio campo, faz com que automaticamente recuse-se a proposta do transporte escolar que querem impor a eles de toda forma. A partir do

momento que a escola está no campo, e a sua metodologia é voltada para o mesmo, temos mais valorização do território, menos jovens fora dele, “porque aprendemos (...) que a escola tem que estar onde o povo está” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004, p. 13).

No que se refere a escolas de nível médio, das 1500 citadas anteriormente, apenas 20 contemplam esse nível de educação, e ultimamente tem-se lutado mais para impedir que as escolas sejam fechadas do que para que se abram novas ”(...), ou seja, o balanço dos 20 anos é de conquista, mas uma conquista pela metade” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004, p. 13).

### **O professor da Escola do Campo**

No Brasil, recentemente criou-se uma graduação específica para a: Educação do Campo, aqueles que se formarem nela estarão aptos a lecionar no Ensino Fundamental – Anos Finais e no Ensino Médio de escolas do campo. O curso divide seu calendário de aulas e férias de uma maneira específica, divide-se entre: tempo escola e tempo comunidade, com o objetivo de que os alunos que morem no campo não precisem realocar-se para a cidade para poder cumprir o calendário acadêmico tradicional.

A relevância da criação deste curso se dá a partir do momento em que percebe-se a importância de que estejam trabalhando no campo profissionais especializados no território, os professores, principalmente. Docentes reflexivos, pesquisadores, que entendam as singularidades das crianças e adolescentes do campo, e que sejam capazes também de adequar sua metodologia de ensino para aquela realidade. Reforçando, a escola deve sempre valorizar os conhecimentos espontâneos dos alunos, considerar “o processo de reprodução social destes sujeitos e de suas famílias – ou seja, suas condições de vida, trabalho e cultura” (MOLINA, SÁ, 2012, p. 469), pois, a educação do campo não pode ter sua visão reduzida a simples escolarização.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Agora, será feita uma breve análise da realidade educacional de uma turma de EJA fase EM (Ensino Médio) de um Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar de que não se teve a oportunidade de visitar o

assentamento, foi possível ter acesso ao livro didático utilizado em sala de aula, e uma aluna concordou em relatar sua experiência através de um questionário online.

A estudante participante da pesquisa é uma jovem mãe, de 18 anos, que por ter engravidado na adolescência atrasou o término de seus estudos, mas que atualmente decidiu voltar a estudar.

Para dar início, é importantíssimo citar que no assentamento não há uma escola pública, as aulas acontecem onde é a casa sede da fazenda. No período da manhã as aulas são ministradas para crianças da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e as aulas para as turmas da EJA são no período noturno.

Os docentes que ensinam para esses estudantes são moradores de uma cidade vizinha, então todas as noites eles se deslocam até o assentamento. A estudante relatou que naquele início de ano letivo (a pesquisa foi realizada no ano de 2018), os professores estavam ensinando e revisando conteúdos básicos que a turma apresentou dificuldades, como, as quatro operações básicas da matemática, interpretação de textos simples, entre outros conteúdos.

Ao ter contato com o livro didático pôde-se perceber que é um livro do 7º ano e de acordo com as regras do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) está vencido, pois, só deveria ser utilizado até 2016. Após analisar o livro utilizado, ficou o questionamento para a pesquisadora: porque os professores estavam utilizando um livro inadequado para a série da turma? Para obter-se essa resposta seria necessário o contato da pesquisadora com a organização da escola ou com algum docente, o que até o momento não foi possível.

A estudante quando questionada sobre os temas da Terra serem tratados nas aulas, a jovem disse que sim, eram estudados os direitos dos assentados, a reforma agrária, estudava-se também a terra, e outras coisas relacionadas ao tema campo.

Ao ser questionada sobre o porquê de ter decidido retomar os estudos, a jovem relatou que voltou a estudar com objetivo de realizar seus sonhos de infância, conseguir um bom emprego, iniciar um curso superior, e dar mais qualidade de vida a sua família. Ela relatou que os docentes são gentis, amigáveis e que sempre estão solícitos em ajudar os estudantes, indo para além do ensino do currículo. Incentivando na realização de sonhos e no prosseguimento dos estudos.

A partir dessa breve análise pode-se perceber que na realidade nem todos os direitos dos camponeses são de fato garantidos pelo Estado, a falta da Escola do Campo configura bem isso. A necessidade dessa escola no e do campo se manifesta a partir do

momento em que os camponeses, nesse caso mais precisamente os assentados do MST, desejam uma educação que faça ligações entre “trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora” (MOLINA, SÁ, 2012, p. 327).

Agora volta-se ao ponto de discussão sobre a educação escolar, pois, não basta apenas tê-la no campo, ela tem que ser voltada para o mesmo, trabalhar assuntos ligados ao território, ela deve entender que os problemas do território também estarão presentes dentro da mesma, que as crianças levarão junto consigo seus conhecimentos espontâneos, seus medos, suas certezas, o docente deve estar preparado para lidar com crianças diferentes das que vivem na cidade, alunos com vivências totalmente diferentes e não pode-se ignorar isso. Antes, deve-se sempre que possível, relacionar os conteúdos estudados com a realidade dos educandos. Pois, caso isso não aconteça a escola não estará cumprindo seu papel social, sua principal função enquanto escola do campo que é a de estar

conectada ao mundo do trabalho e às organizações políticas e culturais dos trabalhadores do campo. (...) promover o conhecimento sobre o funcionamento da sociedade, sobre os mecanismos de dominação e subordinação que a caracterizam, e sobre o modo de integração da produção agrícola neste projeto de sociedade, a partir do complexo sistema de relações e de mediações que constitui o processo de desenvolvimento rural (MOLINA, SÁ, 2012, p. 327-328).

O professor que irá trabalhar na Escola do Campo deve basear sua prática sempre na práxis, que é a ação e reflexão. Pois, não basta apenas criticar o Estado por não oferecer uma escola pública para os camponeses, o docente deve refletir sua metodologia utilizada em sala, e a partir desta reflexão, agir de maneira consciente sobre os problemas encontrados, buscando sempre as melhores soluções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de tudo que foi discutido e da análise sobre a realidade encontrada no campo é perceptível que nem todos os direitos são realmente garantidos aos assentados, ainda haverá muita luta até que se consiga uma educação de qualidade no e do campo. Entretanto, também pode-se ver alguns pontos positivos naquele local, como por exemplo, o fato de os professores, apesar de não terem formação específica para atuar ali, tentarem trabalhar temas do território com os alunos da EJA – EM.

É importante compreender também que não basta ter uma escola no campo, se os profissionais que trabalham na mesma não entendem as diferenças entre lidar com

alunos da cidade e alunos camponeses. Os professores que trabalham no campo deveriam no mínimo buscar compreender o Movimento com olhos que enxergassem além daquilo que as grandes mídias mostram, deixar para trás seus preconceitos.

A Educação do Campo vem avançando seu processo de construção paulatinamente, devemos então enquanto docentes, refletir sobre o nosso papel no processo de aprendizagem das crianças e adolescentes, para além do conteúdo curricular, o nosso papel enquanto cidadãos. Para melhor compreender a realidade vivenciada nessa turma, torna-se necessário aprofundar a presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. R. Educação de Jovens e Adultos. *In: Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, M. G. Apresentação. *In: Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BECKER, F. Construtivismo e Pedagogia. *In: Educação e Construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In: Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. *In: Educação do campo: campo, políticas públicas, educação*. Brasília: Inera; MDA, 2008.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do campo. *In: Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Licenciatura em Educação do Campo. *In: Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. Políticas públicas. *In: Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, **Educação no MST - Balanço 20 anos**. Boletim da Educação, n. 9, São Paulo - SP, 1ª edição: dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/mst-boletim-da-educa%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-09-educa%C3%A7%C3%A3o-no-mst-balan%C3%A7o-20-anos>. Acesso em: 22 de Agosto de 2017 às 15:37.

SARAIVA, A.; MARTINS, D. **Analfabetismo na zona rural é o dobro da média nacional, segundo IBGE**. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/2919908/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge>. Acesso em 27/07/2017, às 22:02min.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.